



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRABALHO ESCRAVO

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0226/12	DATA: 28/03/2012
INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 16h38min	DURAÇÃO: 01h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h19min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Markezelli) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente desta Casa para instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a exploração de trabalho escravo ou análogo ao de escravo em atividades rurais e urbanas de todo território nacional.

Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a presidência dos trabalhos, e declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esclareço aos nobres pares que esta CPI é composta de 28 Deputados titulares e igual número de suplentes, em conformidade com o ato da Presidência lido na sessão plenária de hoje, dia 28 de março de 2012.

O *quorum* para eleição dos cargos da CPI é de 15 Deputados, exigida a maioria absoluta de votos. Peço a compreensão dos Srs. Deputados no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião.

Antes de iniciar o processo de votação, desejo ainda esclarecer a V.Exas. que se encontram sobre a mesa de votação as seguintes indicações para Presidente e Vice-Presidente. Para Presidente: Deputado Cláudio Puty, do PT do Pará, indicado pelo PT; para 1º Vice-Presidente, Deputado Júnior Coimbra, do PMDB de Tocantins, indicado pelo PMDB; para 2º Vice-Presidente, Deputado Homero Pereira, indicado pelo PSB; para 3º Vice-Presidente, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, do PR de Minas Gerais.

Há ainda cédulas em branco para Presidente e Vice-Presidente, caso a escolha não recaia nos nomes indicados.

Na medida em que forem sendo chamados, os Srs. Deputados, depois de assinarem a folha de votação e de estarem de posse da sobrecarta, devem dirigir-se ao local de votação e selecionar suas cédulas, colocando-as no envelope que será assim depositado na urna.

Convido o Deputado Amauri Teixeira a auxiliar a Presidência durante o processo de votação.

Passemos à votação.



Solicito a V.Exa., Deputado Amauri Teixeira, que proceda à chamada nominal dos membros titulares e, em seguida, dos suplentes, até que se complete o número das respectivas bancadas.

Aqui está a urna, sem nenhum voto, por enquanto, fechada, para receber a votação.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Vamos aguardar a impressão e a chegada da chapa completa.

*(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Lista de votação nominal.

Titulares pelo PT:

Deputado Amauri Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Cláudio Puty. *(Pausa.)*

Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Titulares pelo PMDB:

Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Deputado Júnior Coimbra. *(Pausa.)*

Deputado Sandro Mabel. *(Pausa.)*

Deputado Valdir Colatto. *(Pausa.)*

Titulares pelo PSDB:

Deputado Duarte Nogueira. *(Pausa.)*

Deputado Reinaldo Azambuja. *(Pausa.)*

Deputado Walter Feldman. *(Pausa.)*

Titulares pelo PP:

Deputado Carlos Magno. *(Pausa.)*

Deputado Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*

Deputado Duarte Nogueira, titular pelo PSDB. *(Pausa.)*

Titulares pelo DEM:

Deputado Jairo Ataíde. *(Pausa.)*

Deputado Lira Maia. *(Pausa.)*

Deputado Vicentinho, titular pelo PT. *(Pausa.)*

Titulares pelo PR:



Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos. *(Pausa.)*

Deputado Lucio Vale. *(Pausa.)*

Deputado Darcísio Perondi, titular pelo PMDB. *(Pausa.)*

Titulares pelo PSB:

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Nazif. *(Pausa.)*

Titular pelo PDT:

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Titular pelo Bloco PV/PPS:

Deputado Roberto de Lucena. *(Pausa.)*

Titular pelo PTB:

Deputado Nelson Marquezelli. *(Pausa.)*

Titular pelo PSC:

Deputado Costa Ferreira. *(Pausa.)*

Titular pelo PCdoB:

Deputado Assis Melo. *(Pausa.)*

Deputado Sandro Mabel, titular pelo PMDB. *(Pausa.)*

Titulares pelo PSD:

Deputado Homero Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Marcos Montes. *(Pausa.)*

Vamos chamar agora os suplentes dos partidos que não completaram a votação.

Suplente pelo PMDB:

Deputado Alceu Moreira. *(Pausa.)*

Suplente pelo PP:

Deputado Lázaro Botelho. *(Pausa.)*

Suplente pelo PP:

Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Suplentes pelo DEM:

Deputado Luiz Carlos Setim. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Penido. *(Pausa.)*

Suplentes pelo PSB:



Deputado Alexandre Roso. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Noé. *(Pausa.)*

Suplente pelo PDT:

Deputado Oziel Oliveira. *(Pausa.)*

Suplente pelo Bloco PV/PPS:

Deputado Dr. Aluizio. *(Pausa.)*

Suplente pelo PTC:

Deputado Edivaldo Holanda Júnior. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Está encerrada a votação.

Solicito ao Deputado Amauri que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número dos votantes.

Presidente, calma aí, calma aí. *(Pausa.)*

Tem que ter 18, não é? *(Pausa.)*

Encerramos.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Dezoito sobrecartas, 18 votantes, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Tudo bem.

Informo que o número de sobrecarta coincide com o número de votantes.

Passa-se agora à apuração dos votos.

Solicito ao Deputado Amauri que proceda à contagem dos votos.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Presidente: Cláudio Puty, um voto; Vice-Presidente: Júnior Coimbra, um voto; 2º Vice-Presidente: Homero Pereira, um voto; 3º Vice-Presidente: Bernardo Santana de Vasconcelos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Agrega.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Chapa completa: dois votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Isso.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Chapa completa: três votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: quatro votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: cinco votos. *(Pausa.)*



Chapa completa: seis votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: sete votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: oito votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: nove votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 10 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 11 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 12 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 13 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 14 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 15 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 16 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 17 votos. *(Pausa.)*

Chapa completa: 18 votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Vou proclamar o resultado então. Para Presidente, Deputado Cláudio Puty, do PT da Paraíba, 18 votos; para Vice-Presidente, Deputado Júnior Coimbra, PMDB, 18 votos; para 2º Vice-Presidente, Deputado...

Deixe-me ver a relação aqui.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Segundo Vice-Presidente, Deputado Homero Pereira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Homero Pereira, 18 votos.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Terceiro Vice-Presidente, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marquezelli) - Dezoito votos.

Declaro o Deputado Cláudio Puty eleito, empossado e o convido para assumir a Presidência da CPI. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Parabéns, Puty.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado. *(Pausa.)*

Boa tarde ilustres Srs. Deputados, membros da CONATRAE aqui presentes, equipes técnicas da Câmara, representantes do Ministério Público do Trabalho e demais assessores aqui da Câmara dos Deputados.



Eu gostaria de chamar os Vice-Presidentes eleitos também para comporem aqui a Mesa comigo: Deputado Júnior Coimbra, do PMDB do Tocantins; o Deputado Homero Pereira, indicado pelo PSD do Mato Grosso, e o Deputado Bernardo Santana do PR de Minas Gerais. Por favor, venham até aqui à mesa.

Nós estamos iniciando hoje esta Comissão Parlamentar de Inquérito a partir do muito que se acumulou no País acerca da caracterização do trabalho escravo, do combate ao trabalho escravo, e do muito que nós avançamos nas relações de trabalho no Brasil para exatamente fazer com que o nosso povo tenha uma vida melhor.

Em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nas Nações Unidas, admitiu, em nome do Brasil, que neste País nós temos trabalho escravo. E criou ali, em 95, o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Escravo, assim como o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho de fiscalização do trabalho escravo.

Em 2004, o Governo brasileiro, nos fóruns internacionais, admitiu de novo a existência de cerca de 25 mil pessoas em condições análogas à escravidão na Organização Internacional do Trabalho e nas Nações Unidas.

Ao se definir o regime de trabalho escravo ou análogo à escravidão, nós estamos tratando do art. 149 do Código Penal e da legislação trabalhista da década de 70, tanto para o campo quanto para a cidade, que trata do trabalho escravo, o um trabalho escravo moderno, análogo ao trabalho escravo, como o trabalho degradante. Isso é regulamentado na legislação brasileira, com definições claras que orientam as equipes móveis do Ministério do Trabalho, equipes que têm tido um trabalho muito ativo.

Além do trabalho degradante, tanto no campo quanto na cidade, mais recentemente, com o crescimento das condições do trabalho na cidade, inclusive com grandes cadeias varejistas, outras duas características principais envolvem a coação e a restrição da liberdade.

Eu sou da Amazônia, e nós sabemos que há uma longa história de endividamento, de notas, de caderninhos nos barracões de trabalhadores, que não podem sair enquanto não pagarem suas dívidas. Portanto, a Organização Internacional do Trabalho tem reiteradas vezes tratado do caso do Brasil, assim como de outros países.



O fato é que a nossa legislação não tem sido suficiente para resolver o problema. E o problema obviamente não é só trabalhista; o problema é direitos humanos.

Nós estamos vivendo um momento em que, na quinta-feira passada, o IBGE revelou que nós batemos recorde na geração de postos de trabalho. A taxa de desocupação é a menor da nossa série desde 2002. Então, parece-me que nós temos condições de dar um grande salto, um salto para o futuro, em que as nossas relações de trabalho consigam transformar este país em um país de classe média, no campo e na cidade.

Aos Parlamentares que aqui me conhecem, vocês sabem, a partir da experiência da Comissão de Finanças e Tributação, que o meu perfil não é o de transformar esta CPI numa investigação contra “a”, “b”, “c” ou de fulanizá-la. Nosso objetivo é um objetivo de Estado, objetivo para nós tratarmos de melhorias da legislação, de tratarmos de temas que são de interesse desta Casa. Certamente, temos divergências, como é fundamental na democracia, mas tenho certeza de que essas divergências não vão ser um obstáculo para que possamos avançar nas melhorias das condições de trabalho do nosso povo.

Portanto, nos termos do art. 41, inciso VI do Regimento Interno, designo — já é um acordo anterior nosso — para a relatoria da Comissão o Deputado Walter Feldman, do PSDB de São Paulo, a quem eu também convido para compor a mesa.  
*(Palmas.)*

Eu passo agora a palavra ao nosso Relator, Deputado Walter Feldman, para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Bom, queria dar um boa tarde a todos os membros desta Comissão, particularmente ao Deputado Cláudio Puty, aos nossos Vice-Presidentes, a todos os membros titulares e suplentes e cumprimentar os nossos assessores das Comissões e da CPI, que vão muito nos ajudar a elaborar esse relatório, organizar as nossas reuniões e, eventualmente, as nossas viagens.

Quero dizer da alegria que tive quando recebi o convite do Deputado Cláudio Puty, claro, numa articulação política suprapartidária, para que pudéssemos dar a nossa contribuição a esta Comissão.



Aqueles que me conhecem também sabem do nosso desejo de construir algo que seja não apenas objetivo no relatório, que demonstre a realidade, a verdade, os fatos, que compreenda também as dificuldades que temos para superar as nossas amarras, nossos nós, e aquilo que significa, na nossa avaliação, um avanço rumo à democracia para todos, não apenas uma democracia conceitual e teórica, mas que na ponta signifique a liberdade, a igualdade, oportunidades e condições dignas de trabalho para todos os brasileiros.

Esse reconhecimento feito no passado nos assusta. Ele é verdadeiro, mas nos assusta que, tantos anos depois, particularmente em São Paulo, que é a minha base política de atuação, na cidade de São Paulo, na região metropolitana, numa cidade que tem ações de vanguarda em vários aspectos na vida da sociedade brasileira, ainda tenhamos elementos que significam algo que nos magoa, que nos machuca e nos vitima, que foi o processo de formação da sociedade brasileira, em que a postura do trabalho escravo fez com que ainda nos dias atuais tivéssemos que lamentar e pedir desculpas, como o Presidente Lula recentemente fez em suas viagens pela África. Nós devemos desculpas ao expediente da escravidão utilizado na nossa história e temos que nos esforçar para que elementos de trabalho inadequado, trabalho equivocado, de relações de trabalho equivocadas entre empresários e trabalhadores, possam ser resolvidas, seja pela legislação, seja pelo esforço diário, permanente, para que os excessos e os equívocos possam ser corrigidos.

Esta Comissão terá o papel não apenas de levantar o problema, não apenas de avaliarmos *in loco* aquilo que vem acontecendo, mas, com um trabalho diuturno e dedicado, recolher todas as informações para tomarmos as medidas adequadas do ponto de vista das funções da CPI, para que essa questão possa efetivamente ser superada.

Bom trabalho a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Passo a palavra ao Deputado Júnior Coimbra, Primeiro-Vice-Presidente da CPI, para fazer o seu pronunciamento.



**O SR. DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA** - Boa tarde a todos. É um prazer enorme estar participando aqui ao lado do Cláudio Puty, do qual tive o privilégio de ser também Vice-Presidente na Comissão de Finanças e Tributação durante o ano passado. Agora, estarmos juntos em mais esta empreitada.

Quero agradecer também aos outros dois Vices, o Bernardo Santana — somos membros da Comissão de Constituição e Justiça; estou chegando lá agora, ele acho que já era lá da CCJ — e o Deputado Homero Pereira, do Estado vizinho ao meu Estado do Mato Grosso, Estado confrontante, e o Deputado Feldman.

Sobre essa questão de trabalho escravo, em nosso País, até 1888, era legal se ter os seus escravos, desde que se tivesse as devidas condições para mantê-los. Era uma atividade lícita. De lá para cá, muita coisa se passou. Só no ano de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a existência de trabalho escravo no nosso País, mas é um tema muito polêmico.

Eu sou de um Estado onde as principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária, e muitas vezes temos até tem conceitos um pouco diferenciados daqueles conceitos que são noticiados pela imprensa, do que é visto através dos meios de comunicação. Por exemplo: eu acredito que exista trabalho escravo no nosso País, que exista trabalho degradante, mas acredito também em muitos excessos por parte da fiscalização do Ministério do Trabalho.

No meu Estado, por exemplo, há cerca de 5, 8 anos, um senhor, dono de uma propriedade de 700 hectares — o Lázaro Botelho está aqui, é do meu Estado, conhece muito bem esse caso —, estava trabalhando na sua propriedade. Era um velhinho muito promissor, criou toda sua família, formou os filhos em Medicina, Farmácia, Advocacia, e formou dando duro no rabo na enxada, no rabo da foice. Nesse dia ele estava roçando o pasto com mais uns dez companheiros no trabalho, na lida, ele pessoalmente estava lá, com cabacinha na mão e dando suporte para que aqueles trabalhadores pudessem fazer o serviço da roçagem de sua pastagem. Chegou a atuação do Ministério do Trabalho, juntamente com Polícia Federal. Nesse dia foi tão desastrosa a atuação do Ministério do Trabalho que esse senhor ficou com vergonha da vida, ficou com vergonha dos amigos, e acabou se suicidando. Eu acho que como esse caso, que aconteceu lá na região de Araguaína,



que é a região do Deputado Lázaro Botelho, mais precisamente na cidade de Xambioá, existem muitos e muitos outros exemplos.

Tenho também um exemplo. Em 2009, eu era Deputado Estadual, Presidente da Assembleia do meu Estado, quando uma fazenda do Município de Caseara, Fazenda Bacaba, que estava explorando pinhão-manso, o plantio do pinhão-manso para a produção do biodiesel, uma fazenda grande, tinha aproximadamente 250 trabalhadores trabalhando nessa propriedade. A Polícia Federal, juntamente com o Ministério do Trabalho, autuou essa propriedade como trabalho escravo.

Lá não houve libertação de trabalhadores; lá houve desemprego de trabalhadores. Hoje, essas 250 famílias estão na região de Caseara, Marianópolis, Divinópolis, Paraíso, todas no Estado do Tocantins, e não tiveram nenhum respaldo na fase seguinte do Ministério do Trabalho, nem da Polícia Federal e nem estrutura governamental, para que pudessem dar sustento às suas famílias. A condição de trabalho delas eu acredito que não fosse tão ruim. É uma propriedade à margem de uma rodovia, a sede à margem de uma rodovia, muito próxima de duas cidades, Caseara e Marianópolis, ônibus para levar, buscar de manhã na cidade, comida num refeitório farto. Eu acredito que era um trabalho razoável para as condições da nossa região. E essa fazenda foi fechada e esse produtor está na famigerada lista do Ministério do Trabalho.

Essa lista foi criada a partir de uma portaria de 2004, a Portaria nº 540, que, no meu ponto de vista, ainda está sendo questionada a sua constitucionalidade. Uma portaria que... No nosso país, quem está na atividade privada exerce a atividade com liberdade, tendo que cumprir os rigores da lei, o que determina na lei. Mas, para o ente público formar uma lei, ele tem que fazer essa lei baseada... Para fazer uma portaria, ele tem que fazer essa portaria baseada na legalidade estrita. Ele não pode fazer a partir de coisas vagas.

Essa é uma portaria questionável. Tem hoje quase 300 brasileiros constando desta lista, brasileiros que estão impedidos de ter acesso ao crédito, que estão com dificuldades para conduzir suas propriedades, e agora sob o risco de terem as suas propriedades vendidas ou leiloadas pelo Governo Federal.

Então, acho que nós temos aqui que aproveitar esta CPI para detectar todas essas coisas. Se existe trabalho escravo, vamos punir aqueles produtores, aquelas



peçoas que realmente estão praticando trabalho escravo, mas se existe excesso por parte de quem faz a fiscalização, vamos procurar também averiguar, identificar esses excessos, para que o trabalho escravo seja de forma verdadeiramente regulamentado e que se possa ter uma atuação, na prática, que possa servir tanto ao lado produtivo quanto para o lado do trabalhador.

Era isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Júnior Coimbra. Tenho certeza que nós vamos contribuir muito para melhorar a fiscalização, inclusive nos termos que o senhor coloca e, obviamente, fazer com que ela seja mais eficaz para identificar os verdadeiros trabalhadores escravizados.

Chamo o Deputado Homero Pereira para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. DEPUTADO HOMERO PEREIRA** - Sr. Presidente, quero parabenizar toda a Mesa que assume a direção dos trabalhos desta CPI: o Presidente Cláudio Puty; Júnior Coimbra, nosso 1º Vice-Presidente; Bernardo Santana, nosso amigo, e Walter Feldman, o Relator.

Nossa participação aqui será também no sentido de contribuir com esse debate para, principalmente, podermos, através desta nossa Comissão, estipular conceitos sobre o qual é, efetivamente, a caracterização do trabalho escravo a fim de que não se cometam injustiças, conforme os episódios aqui já relacionados, os exemplos relacionados pelo Vice-Presidente Júnior Coimbra. Acho que o nosso propósito é também de contribuir, de forma proativa, nesta Comissão.

Eu sou oriundo da área rural, e sabemos que uma legislação abrangente como essa, feita há tanto tempo... O trabalho no meio rural tem características próprias, diferentes das do trabalho na área urbana. Então, é importante que, quem sabe, a partir desta nossa Comissão, possam também surgir ideias e sugestões para que possamos caracterizar o trabalho no meio rural e o trabalho no meio urbano. Acho que o Relator vai poder, e nós vamos ter oportunidade de viajar pelo País, ver *in loco* essas questões.

Obviamente, todos nós aqui somos totalmente contra a prática de trabalho escravo no nosso País. Mas, da mesma forma que somos contra, nós também somos contra que se cometam injustiças com conceitos de analogia ao trabalho escravo. Nós não podemos criminalizar alguém que, porventura, por conta de uma



largura de uma porta, da espessura de um colchão ou coisa que o valha, possa ser enquadrado como alguém que esteja praticando trabalho escravo, que é o que a vemos hoje nos processos de fiscalização que existem.

Acho que nós vamos ter que promover um bom debate. Acho que vamos ter oportunidade de, a partir desta CPI, inclusive orientar projetos que estão tramitando na Casa, como a PEC que já foi votada aqui em primeiro turno. Acho que este fórum vai ser o fórum apropriado para que possamos estabelecer, quem sabe, novos conceitos, e o embrião de uma legislação que possa ser proativa, que possa preservar postos de trabalho. Que esse trabalho seja feito de forma digna, mas que também possamos preservar o empresário que esteja trabalhando, gerando emprego no nosso País.

Esse é o nosso desafio, conciliar esses interesses, e eu quero dar a minha parcela de contribuição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado.

Deputado Bernardo Santana.

**O SR. DEPUTADO BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS** - Boa tarde a todos. Saudamos o nosso Presidente Deputado Cláudio Puty, os Vice-Presidentes Deputado Júnior Coimbra e Deputado Homero Pereira, o nosso Relator Deputado Walter Feldman e, de uma forma muito especial, todos os Deputados que integram esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço de forma bastante sensibilizada a confiança e esta grande responsabilidade a mim designada pelos meus pares de compor a Mesa, junto com os outros Deputados e junto com vocês, para que possamos fazer desta uma Comissão de fato eficiente, que faça muito bem pelo Brasil.

O nosso Presidente Deputado Cláudio Puty falou com muita propriedade e muito bem sobre a questão de, dentro do Parlamento, ser normal e inclusive salutar haver divergências, até porque são das divergências e das diversas representações de todas as linhas de pensamento e de atuação, da soma de todas elas, que vamos conseguir uma linha democrática. Mas eu tenho certeza, meu Presidente, que uma divergência aqui não haverá: ninguém tolera e ninguém admite trabalho escravo nem precarização do que quer que seja.



Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem de tratar desses pontos, mas tem de por sob inquérito todo o sistema. Temos de discutir, dentro da legislação vigente, a modernidade e aplicabilidade, a eficiência da fiscalização, a conceituação dessas figuras, da figura do trabalho escravo, da condição análoga ao trabalho escravo, sua diferença e em relação à precarização, a diferença da punibilidade, a diferença de um trabalho rural, a diferença de um trabalho urbano. Temos que nortear não só os problemas que existem, nortear não só as situações já instaladas, mas também os marcos legais que, no futuro, vão nos permitir, com certeza, que possamos evitar que esses problemas se repitam.

A verdade é que o sistema está falho. Se o sistema não estivesse falho, não estaríamos aqui hoje reunidos nesta Comissão. Assim sendo, precisamos trabalhar.

Sou da linha que acredita que a velha luta entre o capital e o trabalho, a cada dia mais, acaba. Com essa grande globalização mundial que existe, a disputa é para ser competitivo em face do resto do mundo; a disputa é para manter o trabalho em condições dignas aqui dentro do Brasil, com produtividade que nos orgulhe por sua sustentabilidade e, entre elas, faça um trabalho de qualidade no nosso País.

Tenho certeza de que, com esses conceitos e separações de conceitos, esse estudo da fiscalização, da eficiência, da diferença das diversas condições de trabalho, ao constataremos todo esse sistema que aí está, chegaremos a um momento muito melhor do que o momento que vivemos hoje. Um momento em que não se possa permitir que qualquer ser humano sofra qualquer abuso da sua liberdade individual, da sua pessoa, mas que também não se possa permitir que ninguém seja hostilizado sob uma condenação, uma criminalização, que é muito séria e, que, se feita de forma errada, é muito injusta e uma mácula que não se limpa sequer com uma sentença de que seja essa pessoa que inocente. O simples nascer de uma acusação dessa natureza é mácula que acompanha a pessoa.

Então, temos uma responsabilidade muito grande na análise de todos esses sistemas. E, com isso, o nosso Presidente, os nossos Vice-Presidentes, o nosso Relator, que, tenho certeza, com sua competência, fará um maravilhoso trabalho, e todos os membros de alta competência que temos a honra de ter aqui como colegas nesta Comissão, faremos um grande serviço para o Brasil, para todos os nossos



Estados e para todos os nossos trabalhadores e empregadores, para toda nossa sociedade.

Esta é uma Comissão que, tenho certeza, se pautará pelo nacionalismo.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Muito obrigado, Deputado.

Antes de franquear a palavra aos senhores membros — estão inscritos os Deputados Sandro Mabel, Moreira Mendes, Valdir Colatto, Luis Carlos Heinze —, para a semana que vem, eu ainda não sei como ficou o acordo entre Líderes acerca da votação em plenário do nosso calendário.

Queria sugerir, primeiro, encerrando esta reunião, que os Deputados interessados pudessem conhecer a estrutura da CPI, a sala, o ponto de referência e tudo mais. Temos o nosso Secretário, o Saulo, que está aqui presente e está à disposição de todos os membros. E que nós, na semana que vem, pudéssemos fazer uma reunião, que chamaria de uma reunião de Líderes partidários, para conversarmos um pouco sobre o rumo da CPI, e começaríamos a desenhar um calendário de atividades, de visitas, de maneira pactuada.

Então gostaria de sugerir que, na próxima semana, em vez da reunião em plenário, fizéssemos uma reunião de Lideranças, obviamente aberta a todos membros da CPI, Deputado Júnior Coimbra, em que pudéssemos já tratar, fazermos uma conversa, digamos, informal.

Pode ser na terça-feira às 17 horas. Poderia ser?

Vamos ver o horário. A gente avisa.

Peço ainda que os nobres pares, ao se pronunciarem agora, neste momento, declinem seu nome para efeito de Taquigrafia, da identificação junto à Taquigrafia.

Deputado Sandro Mabel.

**O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL** - Deputado Sandro Mabel. (*Risos.*)

Presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimento também os nossos Vice-Presidentes, os nossos Relatores, sobretudo, o nosso Júnior Coimbra, porque é aniversário dele hoje (*palmas*), dando um forte abraço nesse brilhante Deputado.

Quero dizer que eu fico muito tranquilo com a colocação de todos vocês, porque nós teremos uma CPI e um resultado muito importante. Conheço o Walter Feldman como Relator, conheço o seu equilíbrio, a sua visão, a sua tranquilidade



em poder discutir as matérias. Nós já discutimos muitas vezes, do mesmo lado da trincheira, do outro lado da trincheira, mas sempre mantendo toda uma coisa. Quando nós tínhamos uma briga muito grande, ele me dava um livro de presente — para o senhor ver a qualidade do nosso Relator. Então, é um Relator de quem eu tenho certeza. E assim é V.Exa., que, na Comissão de Finanças e Tributação, demonstrou equilíbrio também.

Eu acho que é muito importante nós fazermos desta CPI, Deputado Homero, um marco, um marco de que nós não toleramos a questão de trabalho escravo. Mas, ao mesmo tempo, tem muito trabalho escravo sendo denominado de escravo, o que não é.

E disto, o Deputado Bernardo Santana falou, e o Júnior também: olha, quem toma uma pecha dessa nunca mais sara. Não tem como você levar uma marca de trabalho escravo, e, às vezes, por uma razão ou por outra, são características da própria região.

Deputado Puty, o senhor veja que, em certas regiões, se você fizer um alojamento e colocar banheiro, as pessoas que vão bater pasto, essas coisas, não dormem em alojamento. Não tem jeito. Só se você prender, amarrar de noite o caboclo dentro do alojamento. Ele quer dormir numa rede do lado de fora, porque ele dorme do lado de fora a vida inteira. Então, tem isso daí.

Mas, isso não justifica. Nós temos que ir educando, melhorando, mas isso tem que ser analisado, você tem de ver características de região. O senhor vai em muitas regiões do Nordeste, a pessoa não consegue dormir numa cama, só dorme na rede. E não adianta se fazer... Agora, vamos fazer, então, um alojamento com rede. Quer dizer, tudo isso tem de ser equilibrado, tem que existir equilíbrio.

Eu tenho certeza de que, pela direção, tenho certeza de que, pelos Deputados que compõem — são todos homens experientes, e mulheres também — nós faremos uma CPI com um relatório brilhante, que deverá, inclusive, ser recomendação para fiscalização no que se deve agir com mais rigor, o que deve ser considerado como pontos que devem ser melhorados.

Enfim, eu estou muito feliz. E tenho certeza de que o Brasil vai ganhar muito com esta CPI aqui formada.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Sandro Mabel.

Eu queria saudar a presença aqui do Deputado Paulo Rocha, que tem uma longa história de contribuição nesta Casa, no combate ao trabalho escravo. Inclusive, é autor da famosa PEC do Trabalho Escravo, que aguarda votação em segundo turno em plenário.

Paulo, seja bem-vindo. Você é sempre bem-vindo.

Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, como V.Exa. bem disse, Deputado Moreira Mendes, para efeito da Taquigrafia.

Eu estou aqui na condição de Suplente pelo PSD, Vice-Líder do PSD — vou atuar aqui mais como Vice-Líder — e Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Eu estou, assim, muito satisfeito com o começo. As pessoas escolhidas para dirigir esta CPI são da melhor qualidade. O pronunciamento de V.Exa. como Presidente, ao abrir os trabalhos, já me deixou com esta convicção de que aqui nós não vamos tratar a coisa do ponto de vista ideológico, rançoso. O nosso grande desafio aqui é realmente separar essas coisas, fazer com que o Brasil saia desta lista, eu diria, pejorativa, que depõe contra a imagem de um País moderno como o nosso: de que ainda existe aqui e acolá, muito raramente, essa condição abominável de trabalho escravo.

Mas, eu quero dizer a V.Exa., até reforçando tudo aquilo que os outros que me antecederam já disseram: nós estamos confundindo aqui as coisas. Tem muitas pessoas que estão pagando por um crime que não cometeram. Há exageros por parte da fiscalização, e nós temos que entender isso e separar.

Tem aquela famosa NR 31. Este tem sido o grande problema: essa interpretação de querer levar para o campo uma legislação absolutamente impraticável no campo.

O cidadão não pode mais almoçar, pegar o seu prato e comer debaixo de uma mangueira, porque, se chegar lá um fiscal... Ele pode até estar com o dono da propriedade; chegou o fiscal lá e já vai dizer que aquilo é trabalho escravo, porque ele tem que ter um refeitório com azulejo, com ar-condicionado. Isso é um absurdo!



Eu acho que são exageros que não condizem com a nossa tradição, o que não significa passar a mão por cima do trabalho escravo, onde houver.

Então, eu estou muito feliz e tranquilo. Tenho certeza de que vamos produzir um excelente trabalho, principalmente porque estaremos dirigidos por V.Exas. que estão nesta Mesa — cumprimento todos, são meus amigos, companheiros.

Tenho convicção de que vamos fazer um bom trabalho. Sucesso a todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Moreira Mendes.

Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, também parabenizar esta Mesa que assume esses trabalhos importantes na questão do trabalho escravo no Brasil: V.Exa., Deputado Cláudio; Deputado Walter; Deputado Homero; Deputado Júnior; Deputado Santana.

Enfim, eu acho que todos os membros desta Comissão — eu estava vendo a lista aqui —, a composição é interessante, importante.

E dizer, Sr. Presidente, que realmente nós temos uma missão muito importante para o Brasil. Eu acho que agora é a hora de transparecer para o Brasil — e aí o Deputado Walter Feldman tem essa missão importante, esse desafio —, de nós buscarmos clarear toda essa questão do trabalho escravo.

Não há um brasileiro sequer — eu não entendo e acho que não há — que apoie o trabalho escravo. Isso é uma premissa que não tem mais razão de ser dentro do Brasil real, do Brasil atual. O que nós precisamos realmente é esclarecer. E aí é função nossa, o desafio desta Casa: dar ao Brasil uma legislação que venha de encontro com o Brasil real.

Nós temos que parar de fazer legislação aqui, em que nós pensamos de um jeito e o Brasil real lá fora é outra coisa. E há um choque entre a lei e a realidade. São aí as instruções normativas, as portarias, os decretos, toda uma legislação sobre que, eu tenho certeza, nós todos temos dificuldade.

Todos dizem que todos nós somos obrigados a conhecer a lei e não podemos alegar o desconhecimento da lei para infringir a lei. Agora eu pergunto: qual é o brasileiro que conhece as leis brasileiras e toda a legislação?



Meu amigo Bernardo, que é especializado nisso, quem conhece isso? Eu estava falando com um fiscal esses dias — não era do trabalho, mas um fiscal do meio ambiente —, e eu dizia: *“Por que você não conversou com esses agricultores antes de multá-los? Eles estavam ilegais. Aí a fiscal me falou: “Mas eles têm obrigação de conhecer a lei”.*

Mas, como um agricultor vai conhecer essa legislação, essa parafernália de legislação que existe no Brasil, em todas as áreas, não só trabalhista; é ambiental, é da saúde, é educação?

Enfim, nós estamos atolados numa legislação e nós temos que sair dela; ser mais práticos, mais pragmáticos, mais diretos. E aí, com certeza, nós vamos buscar as decisões com mais sabedoria.

Nós estamos aí deparados com a PEC 438, que foi votada em primeiro turno — Deputado Paulo, que estava aqui, falou. Só que lá está dito o seguinte: *“Serão desapropriadas as áreas em que se for encontrado o plantio de psicotrópicos e trabalho escravo”.* Essa é a emenda constitucional que está sendo colocada na 438, Deputado Homero.

Eu pergunto a você: como é que nós votar essa PEC? Nessa discussão, tem muita gente: *“Não, vocês são favoráveis ao trabalho escravo e não querem votar”.* Não, nós carecemos de um conceito, Deputado Walter Feldman, do que é trabalho escravo. É aquilo que o fiscal vai lá e define como trabalho escravo; enquadra a pessoa; e, depois, para ela sair dessa, vai para a lista negra, vai não sei o quê, vai para a Justiça e não consegue mais sair.

Então, eu acho que nós temos que trabalhar isso, para definir claramente o que é o trabalho escravo e nós termos, assim, na prática do dia a dia. Eu estava vendo, agora, esse pessoal dos imigrantes em São Paulo, na sua terra, que vão lá e como são ilegais, ficam naquele trabalho.

Nós temos que achar uma saída para isso. Nós temos que achar uma saída para a área rural. O que nós não entendemos e não podemos aceitar... A PEC 438 era dirigida para o meio rural. Ora, onde é que você planta psicotrópico, a não ser na área rural? A não ser que o pessoal plante em apartamento ou em ainda coisa. Ele perde a propriedade. E, com a 438, ela também diz:: trabalho escravo, então, ele perde a propriedade para fins de reforma agrária.



Então, nós temos que trabalhar o todo — não é, meu Relator? —, cidade e campo, não discriminar. E buscar uma legislação para o campo. Não é possível. Eu agora vi uma pessoa ser presa lá porque não tinha copo descartável na roça. Na roça, nós tomamos água na bica, no caneco, na mão, na fonte. Você não ter o copo descartável, levou uma grande multa por causa disso, ou porque o beliche lá de onde ele estava, no alojamento, tinha 3 centímetros a menos do que aquela norma ali, NR 31, que estava lá dito no relatório do Ministério do Trabalho.

Então, eu acho que nós temos que definir claramente e coincidir esse mundo real com a legislação, levando em conta a tecnologia, o Custo Brasil. E nós temos que tirar, sim, daqui uma proposta, eu acho, e aproveitar a oportunidade para fazer uma legislação trabalhista que realmente venha de encontro com a legislação e o Brasil real.

Sucesso aí para vocês da Mesa. E nós vamos trabalhar juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Agora passo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Vices-Presidentes, colegas Parlamentares, eu acho que é um assunto importante, por isso eu pedi ao meu partido a possibilidade de participar do processo.

Via quando o Deputado Júnior fazia a colocação de um exemplo no seu Estado Tocantins. Nós estamos com inúmeras queixas e críticas. A gente sabe que existe alguém que usa efetivamente o trabalho escravo, que alguém abusa. Em qualquer canto do Brasil, deve ter isso, mais, naturalmente — quem sabe? —, no Norte, no Centro-Oeste, em algumas regiões do País. Mas também existe nos Estados mais desenvolvidos, Deputado Walter Feldman.

Agora, o grande problema que nós estamos vendo aqui, Deputado — e vai ser a nossa função: a sua, como Relator, do Presidente e de nós membros da Comissão —, basicamente são as definições. O art. 149 do Código Penal, os parágrafos “a” e “b”, estão em consonância com a Organização Internacional do Trabalho. Agora, qual é o problema que pega? São os itens “c” e o “d”, que se chamam “*trabalho degradante*” e “*jornada exaustiva*”.



Em cima disso, Deputado Walter Feldman, o que temos é uma tal de INR 31, com, nada mais, nada menos, do que 256 exigências. Na linha que o Colatto coloca, o cara me falava ontem de um colchão com 15 centímetros: o cara foi multado porque o colchão tinha que ter 17 centímetros. Pelo amor de Deus, chê! Aí, o cara pega: *“Não, se o beliche tiver 5 centímetros a mais para lá, porque tem 45 centímetros e tem que ser 50”*. Nem sei como é.

Agora, imagine o seguinte, o cara multa e trata o cara como trabalho escravo por qualquer um desses itens? Quer dizer, existem os abusos também por parte da fiscalização. Acho que é esse o papel desta Comissão.

Nós deveremos ver muitos casos, muitas denúncias tanto de um lado como de outro. Acho que isso é que vai enriquecer, para que nós possamos sugerir ao próprio Ministério do Trabalho essas questões pontuais aqui. Nós temos que definir isso. O que é? Chega o fiscal lá: *“Não, isso aqui é degradante, isso aqui é trabalho escravo”*. Como o caso que V.Exa. fala, do senhor que chegou a se suicidar. Uma pessoa de bem, que acaba imaginando.. Chega a Polícia Federal com metralhadora, na propriedade dele, ele trabalhando? Ele não é um delinquente. Certo?

Então, essas questões, eu acho que esses abusos de ambos os lados, acho que vai ser o papel desta Comissão, para que a gente possa, de uma certa forma, colaborar. O Brasil precisa disso.

Então, acho que a contribuição desta Comissão vai ser justamente apontar esses absurdos, e nós tentarmos corrigir de ambos os lados: Seja aquele patrão do meio rural ou do meio urbano que abusa; tem que ser punido; ninguém de nós quer proteger esse tipo de gente. Agora, esses abusos da fiscalização também não podem permanecer impunes, deixando pessoas de bem como se fossem criminosas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Tem a palavra o Deputado Marcos Montes.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Obrigado, Presidente Cláudio Puty. Já estava com saudade da sua Presidência, das nossas discussões acaloradas, mas com muito bom resultado. Fico feliz de vê-lo na Presidência, como fico feliz de ver o Deputado Homero, profundo conhecedor da área; Deputado Walter Feldman,



que tem uma história também, que vamos aproveitar bastante; o aniversariante Júnior Coimbra; e o Bernardo, que é um especialista, um jurista renomado lá na minha Minas Gerais, que vai colaborar muito; e também os componentes que já estiveram aqui.

Eu acredito, Presidente, que, provavelmente, não a CPI em si, mas a discussão do trabalho seja a pauta mais proeminente que esta Casa vai ter posterior ao Código Florestal. Eu não tenho dúvida nenhuma disso, porque os problemas e os resultados nós temos que buscar rapidamente.

Eu estava, agora há pouco, conversando. Recentemente, nós já tivemos, em dezembro, umas outras normas do Ministério do Trabalho, as normas trabalhistas: 31 páginas só para máquinas agrícolas, até delimitando a altura do degrau, a distância do degrau.

Nós queremos proteger o trabalhador — sabe, Relator Walter Feldman? Eu sou médico e também, além de anesthesiologia, me especializei em medicina do trabalho. Sei da importância da proteção ao trabalhador.

Ninguém aqui... De trabalho escravo não se fala. Acho que esse é um assunto que não precisava nem ser discutido, porque isso ninguém apoia, ninguém entende. Mas, a discussão sobre o trabalho tem que ser aprofundada, porque nós queremos, sim, a segurança do trabalhador. Mas, a segurança do trabalhador passa pelo fortalecimento do empresário, daquele que realmente faz com que a gente possa ter o trabalhador.

Então, eu fico feliz de estar participando ativamente desse processo. Com certeza, Presidente, sob o seu comando, nós teremos excelentes resultados.

Vou me divergir do Deputado Walter Feldman em algumas ocasiões, porque, quem sabe, eu ganho um livro também dele, para poder... *(Risos.)*

Um grande abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - O livro vai ser o relatório da CPI.

Eu queria agradecer a presença de todos aqui.

Fundamentalmente, como eu disse anteriormente, o nosso trabalho vai ser um trabalho de investigação, no sentido de melhorar as condições de fiscalização, melhorar as condições de trabalho no Brasil.



Pela fala de todos aqui, acho que há dois pontos em comum: todos reconhecem a existência do trabalho escravo; e, em segundo lugar, todos estão dispostos a trabalhar para melhorar as condições de trabalho no Brasil.

Obviamente, tem questões de fiscalização, questão de legislação, questão de adequação do Estado, que são questões com que sempre lidamos toda vez que tratamos com fiscalização, seja tributária, ambiental, trabalhista.

Temos muito a melhorar no Brasil, sem dúvida nenhuma. Mas, o Brasil que nós queremos construir, sem dúvida, é um Brasil de classe média. E a experiência dos países de classe média são experiências de países com alta produtividade, com bons salários. Não existe país rico que não tenha estas duas características: uma indústria, um setor de produção rural do agronegócio com alta produtividade, associada a boas condições, a boas relações trabalhistas. Isso é o que caracteriza os países campeões do mundo em bem-estar, tanto no que se refere à produção quanto no que se refere ao bem-estar, que é exatamente isso.

É esta a trajetória que nós queremos: a trajetória da alta produtividade, sem *dumping* social. Portanto, temos um caminho muito interessante a seguir.

Tenho certeza de que os Srs. Parlamentares vão contribuir muito, e podem contar com a colaboração desta Presidência.

Então, eu vou encerrar os trabalhos aqui. Nós vamos informar a todos os membros sobre a data da próxima reunião e o horário.

Podemos estabelecer para a próxima terça-feira, às 16 horas, na sala da Comissão, uma reunião, eu diria, de Líderes, informal, para nós tratarmos do planejamento da Comissão e definirmos a data da próxima reunião formal, onde nós vamos apreciar requerimentos indicando pessoas a serem ouvidas e todo o trabalho posterior da Comissão.

Muito obrigado, então.

Está encerrada a sessão.